

## Algumas Reflexões sobre o Naufrágio do *Titanic*

É com certa amargura que temos de admitir interiormente que o infortunado *SS Titanic* teve «boa imprensa». Talvez porque tenho pouca prática de jornais diários (nunca vi tantos acumulados na minha sala), os espaços brancos e os grandes caracteres dos títulos revestem-se aos meus olhos de um aspecto festivo deslocado, e produzem sobre mim o efeito desagradável da exploração febril de uma sensacional manifestação divina. E se houve desastre marítimo ao qual se ajuste, nos termos de um conhecimento de embarque, a definição de Acto de Deus, foi sem dúvida este, dadas as suas proporções, a sua natureza imprevista e a sua gravidade; e também a influência que, como admoestação, deveria ter sobre a confiança da humanidade em si mesma.

Digo-o com toda a seriedade que a ocasião requer, embora não tenha a competência nem o propósito de assumir uma opinião teológica sobre este grande infortúnio, que fez comparecer tantas almas perante o último juízo. Procedo simplesmente a uma *reflexão* natural. Outra, também decorrente da terminologia dos conhecimentos de embarque (estes são documentos relativos à navegação, entre cujas cláusulas há algumas que limitam a responsabilidade do transportador), é a que os «inimigos do Rei», os que como tais se mostram mais

ou menos declaradamente, não se sentem totalmente contrariados perante este percalço fatal que feriu tão profundamente o prestígio da maior marinha mercante do mundo. Creio que, a menos de mil milhas destas costas, certas publicações impressas deixaram transparecer em caracteres góticos a sua satisfação — para o dizermos com simplicidade — em comentários de natureza mais ou menos maldosa.

É mais difícil determinar a que luz devemos interpretar as ações do Senado americano. De certo ponto de vista, a imagem dos augustos senadores de uma grande potência que se precipitam para Nova Iorque e começam — nos seus molhes, por assim dizer — a assediar furiosamente com toda a espécie de especulações e juízos o pobre «Yamsi»<sup>1</sup> parece como que introduzir um toque de cómico shakespeariano na tragédia real do transe mortal de todas essas pessoas que, até ao último momento, puseram a sua fé na envergadura material, nas declarações temerárias de homens de negócios e simples técnicos e nos parágrafos irresponsáveis com que os jornais aclamavam um navio como aquele! Sim, um sinistro toque de comédia. Perguntamo-nos o que poderão querer homens que se entregam a um alarde de autoridade tão provinciano. Peço desculpa aos meus amigos americanos por chamar homens aos zelosos senadores. Não quero ser irreverente. Talvez tenham uma estatura de semideuses, admito-o, mas a tão grande distância da Europa fatigada e perante um número tão grande de mortos inocentes, as suas dimensões, aos nossos olhos, parecem diminuir. Que poderão eles querer? Que poderão descobrir? Sabemos o que aconteceu. O navio bateu com o costado num fragmento de gelo, antes de se afundar, duas horas e meia mais tarde, arrastando consigo um grande número de pessoas.

Que mais poderão descobrir com a sua obstinação injusta à volta do pobre «Yamsi», ou as suas especulações grosseiras?

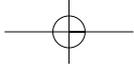
Devo dizer que «Yamsi» é um nome cifrado, de que aqui me sirvo simbolicamente. Conheci de perto o mundo do co-

mércio. Sei o que vale, e não sinto particular consideração pelos magnatas do sector; mas alguém tem de protestar contra este comportamento de moscardos. É a indignação perante a perda de tantas vidas que está em causa? Os caminhos-de-ferro americanos produzem, sem dúvida, um elevadíssimo número anual de vítimas. Então, porque não atacam esses dignitários os presidentes das suas próprias companhias ferroviárias, das quais é impossível dizer se são simples meios de transporte ou uma espécie de jogos de azar para uso de plutocratas americanos? Tratar-se-á tão-só, neste caso, de um desejo ardente e, em termos genéricos, louvável de obter informação? Mas os relatórios do inquérito dizem-nos que os augustos senadores, embora fazendo inúmeras perguntas que atestam a completa ignorância e, mais ainda, a nulidade dos seus espíritos, são incapazes de entender o que o imediato lhes conta. É o que nos refere a imprensa do outro lado do Atlântico. Até mesmo uma expressão tão simples como a que dava notícia de que um dos homens de vigia estava nos «olhos do navio» [extremo da proa] foi demasiado obscura para os senadores do país da linguagem figurada. Não quero sequer tentar imaginar o que se terá passado com outras matérias mais recônditas, uma vez que não estou de humor sorridente. Mostraram-se extremamente inquisitivos e agitados acerca do som das explosões que se ouviram quando metade do navio estava já submersa. Uma explosão? Duas? Dir-se-ia que o assunto lhes parecia suspeito! Será possível que nenhuma alma caridosa lhes tenha querido explicar que (como sabe qualquer aluno do liceu que tenha lido livros de viagens), quando um navio se afunda metendo água por um rombo semelhante, há sempre uma ou duas das cobertas que explode; e que, quando um vapor se afunda de proa para baixo, é muito provável e frequente que as caldeiras se soltem, com um fragor de explosão; ou, tanto quanto sei, que efectivamente rebentem? No único caso de afundamento de um vapor que testemunhei, o estrondo que o acompanhou foi, com efeito,

enorme; mas não mergulhei para investigar melhor o que o causara. E o vapor em causa também não pesava 45 000 toneladas nem fora declarado inafundável; mas, apesar disso, o espectáculo foi bastante impressionante.

Nunca esquecerei essa detonação misteriosa e surda, a súbita agitação do mar à volta da popa que se empinava lentamente; e guardo ainda hoje viva na minha memória a imagem da hélice, completamente imóvel, que se recortava contra o céu claro do crepúsculo.

Mas talvez o segundo oficial lhes tenha explicado esta e muitas outras coisas. Embora o porquê de tantas explicações por parte de um oficial da marinha mercante britânica às perguntas de um rei, imperador, autocrata ou senador de um país estrangeiro (sobre um acontecimento em que esteve envolvida somente uma embarcação britânica e que não teve sequer lugar nas águas territoriais do país em causa) seja algo que escapa ao meu entendimento. A única autoridade perante a qual teria de responder é o Conselho do Comércio. Mas com que cara esse Conselho do Comércio, que, depois de ter fixado os seus regulamentos para embarcações de dez mil toneladas, escondeu durante dez anos a sua querida e calva cabeça debaixo da asa, de onde só a tirou para receber um relatório importante, que, com um gesto de enfado, justificou o juízo «inafundável», tornando em seguida a escondê-la, na esperança de não ser de novo incomodado pelo menos durante mais dez anos, com que cara interrogará esse Conselho do Comércio um homem cumpridor do seu dever sobre as circunstâncias do desastre, e, por conseguinte, também sobre o modo como profissionalmente se conduziu nessa ocasião — ora bem, aí está uma pergunta a que não sei responder! Tenho o máximo respeito pelas nossas autoridades. Sou um homem disciplinado, e naturalmente indulgente perante as fraquezas das instituições humanas. No entanto, reconheço que há ocasiões que me têm levado a deplorar — como dizer? — a sua imponderabilidade. O que é um Conselho do Comércio? Um Conselho de...? Creio que o porta-



-voz do Parlamento Irlandês se conta entre os seus membros. Um fantasma. Menos do que isso: até ao momento, uma vaga recordação. Um escritório recheado com os móveis adequados, e sem dúvida confortável, e uma quantidade de cavalheiros perfeitamente irresponsáveis, mergulhados numa atmosfera aconchegada, como que de algodão, e desinteressados do que se passa no mundo; porque não pode haver interesse sem responsabilidade pessoal; como, por exemplo, a que vincula os marinheiros: esses homens do mar de cujas bocas, e a título de medida disciplinar, essa instituição irresponsável pode tirar o pão. Sim... eis como são as coisas. E que mais temos? O nome de um político, de um homem de partido! Menos do que nada: um simples vazio que não tem dentro a mais pequena sombra da responsabilidade que projecta essa luz em que se move a massa dos homens que trabalham, que têm os factos em conta e enfrentam as realidades — não as palavras — desta vida.

Lembro-me de, há uns anos, ter ouvido uma conversa de dois lobos-do-mar da velha escola que falavam de um oficial que, se não era totalmente incompetente, não alcançava, em todo o caso, demasiada graça perante o juízo severo dos dois marinheiros experimentados. Um deles, resumindo, encerrou o assunto em tom jocosamente solene:

— O Conselho do Comércio devia estar bêbado no dia em que lhe passou o certificado.

Confesso que esta ideia do Conselho do Comércio como entidade na posse de um cérebro susceptível de ser toldado pelos vapores do álcool me deixou absolutamente encantado. Porque, nesse caso, seria diferente dessas sociedades anónimas das quais houve quem gracejasse, exasperado, que não tinham alma a salvar nem corpo que pudesse pontapear-se, o que as livrava, tanto neste mundo como no outro, de todas as sanções eficazes que associamos a uma conduta conscienciosa. Mas, lamentavelmente, esta sentença pitoresca, que ouvi por acaso, não era mais do que o desabafo de um marinheiro

